

rector-geral do Departamento da Tesouraria Central do Estado e director-geral, em substituição, cargo que desempenha actualmente;

Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, de Agosto de 2001 a Abril de 2002.

Outras actividades profissionais:

- Coordenador da COMACC — Comissão do Acordo de Cooperação Cambial com a República de Cabo Verde;
- Membro da comissão de fiscalização do Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Responsável pela implementação do projecto «Homebanking do Tesouro»;
- Membro do grupo de acompanhamento do FEOGA — Garantia, durante a primeira presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias;
- Coordenador do grupo de trabalho para a produção, armazenamento e distribuição das moedas euro;
- Presidente da mesa da assembleia geral da PARPÚBLICA — Participações Públicas (SGPS), S. A.

Despacho conjunto n.º 614/2005. — O licenciado Luís da Silva Laço tem vindo a desempenhar, ao longo da sua carreira, funções que o tornam possuidor de uma formação técnica e experiência qualificadas em vastas e diversificadas matérias da Administração Pública.

Havendo necessidade de prover o cargo de director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e considerando que tais conhecimentos e experiência potenciam a capacidade de direcção do referido licenciado e fundamentam a adequação do seu perfil ao desempenho desse cargo:

Assim:

1 — Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado no cargo de director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o licenciado Luís da Silva Laço, assessor principal do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, cujo currículo se publica em anexo ao presente despacho.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

1 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Luís da Silva Laço.

Data nascimento — 8 de Junho de 1944.

Naturalidade — Erada, Covilhã.

Formação académica — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1970.

Experiência profissional:

- 1999-2005 — conselheiro técnico principal para as questões aduaneiras na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas;
- 1998-1999 — assessor do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;
- 1988-1998 — autorizado, nos termos legais, a desempenhar as funções, primeiro, de perito destacado e, seguidamente, após concurso, de funcionário superior da Comissão das Comunidades Europeias, em Bruxelas, onde desempenhou funções técnicas, nomeadamente no que se refere à elaboração de propostas legislativas relativas à implementação do mercado interno. Foi, nessa qualidade, igualmente representante (de 1992 a 1998) da CE no grupo de trabalho de assuntos aduaneiros e no comité de gestão do regime TIR da Comissão Económica para Europa das Nações Unidas, em Genebra;
- 1971 — ingressou no quadro técnico superior da Direcção-Geral das Alfândegas, onde é ainda funcionário com a categoria, actual, de reverificador assessor principal. Desempenhou funções técnicas nos diferentes sectores da actividade aduaneira, com especial incidência na verificação e controlo de regimes aduaneiros, reorganização de serviços e informática, tendo chefiado as Delegações Aduaneiras de Faro, Xabregas e Jardim do Tabaco;
- 1971 — Chefe da secção «Contribuintes» da Caixa de Previdência dos Serviços do distrito de Lisboa.

Publicação (em co-autoria) — *Contencioso Aduaneiro Anotado*, Rei dos Livros, 1976.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 615/2005. — Nos termos conjugados do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 549/99, de 14 de Dezembro, e dos artigos 11.º, 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em regime de comissão de serviço, o mestre António João Sequeira Ribeiro, pertencente aos quadros do Instituto Nacional de Aviação Civil, ficando autorizado a exercer a actividade docente, nos termos previstos no artigo 16.º, n.º 3, alínea d), da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de Maio de 2005.

26 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — António João Sequeira Ribeiro;

Naturalidade — Lisboa;

Data de nascimento — 7 de Outubro de 1964.

Resenha curricular:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação final de *Bom*;

Mestre em Direito, Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação de *Bom com distinção*;

Admitido a doutoramento em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Subinspector-geral do Ambiente desde Agosto de 2002 (*Diário da República*, 2.ª série, de 25 de Setembro de 2002);

Coordenador nacional da rede IMPEL (European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law) desde 2003;

Participação em vários seminários no País e no estrangeiro sobre temas jurídicos;

Docente de cursos de pós-graduação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Director de Assuntos Jurídicos do Instituto Nacional de Aviação Civil desde 1 de Março de 2000;

Adjunto do gabinete do Provedor de Justiça, conselheiro José Menéres Pimentel, desde 25 de Março de 1994 (*Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Abril de 1994);

Advogado da Caixa Geral de Depósitos, pertencendo à consulta jurídica da Direcção de Assuntos Jurídicos, desde 1993;

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1992;

Técnico superior de 2.ª classe, desde 1991, da Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças. Ficou em 1.º lugar no concurso nacional de admissão a técnico superior (*Diário da República*, 2.ª série, de 7 de Janeiro de 1993), integrando o gabinete de apoio técnico responsável pelas matérias da harmonização do direito comunitário;

Professor auxiliar convidado do Departamento de Direito da Universidade Internacional;

Assistente do Departamento de Direito da Universidade Internacional;

Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Advogado inscrito na Ordem desde 1992;

Director técnico-pedagógico da INEX, L.ª;

Monitor de formação profissional em 1988 na INEX, L.ª, tendo leccionado o curso de técnicos administrativos.

Trabalhos:

- «Garantia bancária autónoma à primeira solicitação: algumas questões», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Gaivão Teles*, vol. II, *Direito Bancário*, 2002, pp. 289-426;
- «Rendas e encargos no contrato de arrendamento urbano», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Gaivão Teles*, vol. II, *Direito do Arrendamento Urbano*, 2002, pp. 87-157;